

---

## O PACIENTE QUE SUBMETE AO SEU MÉDICO UM CONJUNTO DE EXAMES ESPERA MAIS DO QUE A INTERPRETAÇÃO ISOLADA DE CADA UM DELES. ELE AGUARDA UMA LEITURA INTERRELACIONAL: ESSES INDICADORES, QUANDO ANALISADOS EM CONJUNTO, APONTAM PARA QUAL RISCO?

---

res externos – como o ainda limitado conhecimento da sociedade sobre o papel dos Tribunais de Contas ou a suposta subutilização do parecer prévio pelo Poder Legislativo como instrumento de encadeamento do ciclo orçamentário –, cabe refletir sobre a seguinte indagação: como agregar valor ao processo contemporâneo de apreciação das contas anuais do Chefe do Poder Executivo?

Em nossa opinião, há um espaço interessante a ser explorado em conteúdo, estrutura e linguagem.

O paciente que submete ao seu médico um conjunto de exames espera mais do que a interpretação isolada de cada um deles. Ele aguarda uma leitura interrelacional: esses indicadores, quando analisados em conjunto, apontam para qual risco?

Embora as análises das contas do Presidente da República e dos Governadores já avancem nessa lógica, grande parte dos relatórios e pareceres prévios sobre contas de governo dos Prefeitos ainda não o faz. São documentos técnica, jurídica e metodologicamente consistentes, mas que continuam presos, predominantemente, a uma lógica de inventário de itens de conformidade, apreciados de maneira individual e segundo critérios próprios.

Esse modelo, com efeito, cumpre um papel importante. Contudo, em um mundo cada vez mais complexo e dinâmico, é suficiente? Entendemos que não. É necessário que esses pronunciamentos desenvolvam, cada vez mais, a aptidão de oferecer leituras integradas sobre a capacidade de governo, os riscos futuros e as escolhas implicadas na trajetória adotada.

Verificar o cumprimento ou o descumprimento de limites constitucionais; identificar déficits, atrasos e ausências de instrumentos de planejamento; apontar falhas, omissões ou irregularidades – tudo isso é necessário e imprescindível. No entanto, igualmente imprescindível é explorar aquilo que muitas vezes ainda não está bem

explicitado: como esses achados se interrelacionam e de que forma impactam concretamente a atuação governamental.

Sem essa capacidade de resposta, o que se tem é um retrato do passado, um retrovisor que informa muito sobre o caminho percorrido, mas pouco acerca da estrada à frente.

Com a profusão de soluções de inteligência artificial atualmente disponível, torna-se cada vez mais viável (e inadiável) a incorporação de análises de tendências, riscos e interdependências, que ofereçam um diagnóstico estratégico capaz de indicar se determinada combinação de fatores pode ou não comprometer a capacidade de governo nesta ou naquela área específica.

Aos cautelosos, não há razão para supor que tal tipo de abordagem coloque o Tribunal no território da política. Ao contrário: ela reforça sua função técnica ao iluminar trade-offs, trazer à tona dilemas e tornar visíveis as externalidades que deverão ser ponderadas pelo centro de governo e pelo Poder Legislativo.

E onde está o desafio? Inicialmente, em transcender a visão tradicional do relatório de contas de governo como um reporte fragmentado, incorporando a ele a capacidade de refletir, de forma integrada e inteligível, a performance governamental e avaliar a sustentabilidade intertemporal das escolhas presentes.

Assim como o médico de excelência não se limita a informar ao paciente o que está alterado em cada exame, mas estabelece conexões entre sinais, projeta riscos e explica prognósticos, o processo de apreciação das contas anuais, que vocaliza a nobre e vetusta competência dos Tribunais de Contas de emitir o parecer prévio, precisa transcender a lógica da lista de inconformidades para exercer plenamente sua vocação de ferramenta de compreensão estratégica do Estado.